



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA QUARTA (4ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Quarta (4ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 18 de fevereiro de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o senhor Presidente da Câmara suspendeu a sessão às 18h38, para receber, em plenário, *a Dirigente Regional de Ensino, Elin de Freitas M. C. Vasconcelos, e a Secretária Municipal de Educação, Márcia Róttoli de O. Masotti, para esclarecimentos a respeito do fornecimento de merenda escolar aos alunos da rede estadual de ensino.* Posto isto, a sessão foi reaberta às 19h48. Dando por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Segunda (2ª) e Terceira (3ª) Sessões Ordinárias, realizadas em 15 de fevereiro de 2016, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 37/2016. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: requer ao prefeito municipal a convocação do Secretário de Saúde, Dr. Emílio Wacked Júnior, para comparecer na sessão da Câmara Municipal, no dia 7 de março, às 18h30. Requerimento nº 38/2016 Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: requeiro ao prefeito municipal a convocação do Diretor Financeiro do SAAE, senhor Evandro Trentin; do Diretor Técnico do SAAE, Senhor Luciano Francisco, e do Assessor Técnico do SAAE, senhor Gustavo Borin, para comparecerem na sessão da Câmara Municipal, no dia 7 de março, às 18h30. Requerimento nº 39/2016. Autoria: Waldemar Marcurio Filho. Assunto: seja oficiado o Sr. Secretário Valdir Biazotto, para que informe a esse Plenário a situação das máquinas e veículos da Secretaria de Agricultura. Requerimento nº 41/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer o envio dos documentos relacionados. Requerimento nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

42/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Sr. Prefeito Municipal informações quanto às providências, que serão tomadas, para que sejam feitas melhorias na captação de águas pluviais e limpeza geral das bocas de lobo (bueiros), localizados na Rua Humberto Fritella, Parque NOVACOOP, diante da atual situação de abandono e inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores daquele logradouro. Requerimento nº 43/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal informações relativas ao fim do convênio, para fornecimento de merenda às escolas da rede estadual. Requerimento nº 44/2016. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requeiro cópia, na íntegra, do Processo Administrativo, referente ao Pregão Presencial nº 080/2013 e 084/2015. Requerimento nº 45/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro informações a respeito do andamento das obras na creche do CAIC. Requerimento nº 46/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requer ao prefeito, que realize e apresente estudos e laudos referentes ao estado fitossanitário das árvores da Praça São José. Requerimento nº 47/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro informações a respeito do antigo prédio do CANDÁ. Requerimento nº 48/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro estudos para viabilização de projeto de canalização do Córrego Toledo. Requerimento nº 49/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Reitero ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, em conjunto com as secretarias competentes, providências urgentes para revisão salarial dos Guardas Civis Municipais e Bombeiros, bem como implantação de plano de carreira. Requerimento nº 50/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: Solicita a Professora Elin de Freitas Monte Claro Vasconcellos, Dirigente Regional de Ensino da Região de Mogi Mirim, especial atenção, no sentido de interceder e agendar uma audiência com a Direção do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, para receber os alunos e representantes do Grêmio Escolar da ETEC de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim. Requerimento nº 51/2016. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Requeiro a Prefeitura Municipal e a Elektro, a colocação de nove (09) postes e a instalação de braços, com lâmpadas, na Avenida Élzio Mariotoni, em frente às Chácaras Areião, sentido bairro/centro. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 57/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: sugere manutenção no pavimento asfáltico na Rua Lourenço Franco de Campos, localizada no Bairro Jardim Santa Clara. Indicação nº 58/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita ao prefeito municipal, através da Secretaria de Sustentabilidade Ambiental, poda de árvore existente na Rua Padre José, localizada no centro. Indicação nº 59/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita ao prefeito municipal e a secretaria competente, manutenção na iluminação pública, na avenida Doutor Olímpio Ferreira Brito, localizada no Bairro Jardim Longatto. Indicação nº 60/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao prefeito municipal e a secretaria competente, limpeza, manutenção e roçagem da vegetação, na praça, localizada entre a Rua José Victório Morgon e a Rua Francisco Dias Bonel, no Bairro Jardim Paulista. Indicação nº 61/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita ao prefeito municipal e a secretaria competente, manutenção no pavimento asfáltico na Avenida Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos, próximo à intersecção com a Rua Santa Maria, no Bairro Vila Bianchi. Indicação nº 62/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita ao prefeito municipal e a secretaria competente, manutenção no pavimento asfáltico a Rua Professor Antônio Galvão Cotrim, no centro. Indicação nº 63/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indica ao prefeito municipal e à secretaria competente, manutenção imediata nas lâmpadas da Rua Santa Cruz, próximo à Indústria Eletromecânica Balestro, no Bairro Santa Cruz. Indicação nº 64/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita ao prefeito municipal e a secretaria competente, manutenção no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pavimento asfáltico, na Avenida Juscelino Kubistcheck de Oliveira, no Bairro Jardim Inocoop. Indicação nº 65/2016. Aatoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Solicito ao Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Obras e Planejamento/Gerência de Limpeza Pública, limpeza dos bueiros, localizados nas Rua João Teodoro e Paissandu, esquina com a Rua Conde de Parnaíba, centro. Indicação nº 66/2016. Aatoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: solicita ao Poder Executivo a realização de um convênio, com o Governo Estadual, para a implantação de serviço de guincho municipal. Indicação nº 67/2016. Aatoria: Aatoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Indico a recuperação do piso asfáltico na Av. Padre João Vieira Ramalho. Indicação nº 68/2016. Aatoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica limpeza nas margens da Rodovia Élzio Mariotoni. Indicação nº 69/2016. Aatoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica limpeza nas margens da Estrada do Boa. Indicação nº 70/2016. Aatoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica limpeza no complexo da caixa d'água, localizado na Rua Francisco Chagas, no Parque do Estado II. Indicação nº 71/2016. Aatoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica melhorias no sistema de escoamento de água, na Rua Luís Milano, no Jardim Linda Chaib. Indicação nº 72/2016. Aatoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal, que providencie, junto ao departamento competente, poda das árvores, situadas na Rua Catharino Marangoni. Indicação nº 73/2016. Aatoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas, na pracinha, localizada na Rua Maria Conceição Campos Andrade, Bairro Vila Rádio/Tucura. Indicação nº 74/2016. Aatoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal, que providencie, junto à secretaria competente, instalação de dispositivo de redução de velocidade (lombada), na Rua Rio de Janeiro, conforme solicitação de moradores.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 75/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços, providências urgentes, para sanar os problemas de escoamento de água na Rua Dr. Alexandre Coelho Junior, próximo ao número 458, Bairro Planalto Bela Vista, no Distrito Industrial. Indicação nº 76/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal a atuação do serviço tapa buraco, na Rua Sebastião Milano, Jardim Santa Clara, buraco que foi aberto pelo SAAE e não concluído, a massa asfáltica, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Indicação nº 77/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal atuação do serviço tapa buraco, na Rua José Benedito Leme, Parque Novacoop, que foi aberto pelo SAAE, e não concluída a massa asfáltica, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Indicação nº 78/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal atuação do serviço tapa buraco, na Rua José Belmiro Salvador, Jardim Flamboyant, que foi aberto pelo SAAE, e não concluída a massa asfáltica, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 96, 97 e 98/2015, datados de 04, 17 e 19 de fevereiro de 2016, todos subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação nº 465/2015; Indicação nº 578/2015; o Requerimento nº 520/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº 76/2016, datado de 17 de fevereiro de 2016, subscrito pela Sra. Elin de Freitas Monte Claro Vasconcelos, Dirigente Regional de Ensino, “respondendo ao Ofício nº 02/2016, do Gabinete da Câmara”; (arquite-se, após dar ciência aos vereadores); Ofícios nºs 03 e 07/2016, datados de 16 e 18 de fevereiro de 2016, subscritos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pelo Dr. Emílio Wacked Junior, Secretário Municipal de Saúde, “apresentando-se à Edilidade e informando sobre o Dia da Faxina, em todos os prédios públicos, para 24 de fevereiro do corrente ano”; (arquite-se); Ofícios nº 28/2016, datado de 22 de fevereiro de 2016, subscrito pela Sra. Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, Secretária Municipal de Educação, “informando sobre a renovação do convênio com o Estado de São Paulo, para atendimento da merenda escolar, em resposta ao Ofício nº 02/2016, do Gabinete da Presidência da Câmara”; (arquite-se, após dar ciência aos vereadores); Ofício, datado de 02 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “comunicando sua renúncia, como membro da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social da Câmara de Mogi Mirim”; (arquite-se, após dar ciência aos vereadores); Ofício nº 18/2016, datado de 15 de fevereiro de 2016, subscrito pela Sra. Célia Bernadete Machado Dal’Bó, Coordenadora do Conselho Tutelar, “informando a nova composição do conselho, para o período de 10/02/2016 à 22/11/2016”; (arquite-se, após dar ciência aos vereadores); Ofício nº 400/2015, datado de 08 de dezembro de 2015, subscrito pelo Sr. Rogério Rodrigues da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Câmaras Municipais, “convidando para a IV Mobilização Nacional de Vereadores, em abril de 2016”; (arquite-se, após dar ciência aos vereadores); Ofício nº. 187138, de 2016, datados de 05 de fevereiro do corrente ano, subscrito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Carta, datada de fevereiro de 2016, subscrita pelo Grêmio Estudantil da ETEC Pedro Ferreira Alves, “solicitando apoio da prefeitura, com merendeiras e cozinheiras, para preparo da merenda”;(arquite-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nogueira. “Sobre o problema da merenda, exposto aqui, eu gostaria de colocar minha posição, em relação. Eu acredito, que o fato, que ocorreu e ainda está ocorrendo, para mim, surpreendeu e surpreende cada um, que tenha consciência. Crianças ficam das 7 horas ao meio dia e muitas vão à escola, sem café da manhã. Para estudar e apreender é necessário o alimento. Quando se está acostumado, com alimento, em determinada hora, e ele não vem, ou vem mínimo, a fome continua. Infelizmente, mais uma vez, foi falta de planejamento da administração. A Secretária Márcia não me respondeu. Ela confirmou. Ela esteve aqui, na Casa, ano passado, e, justamente, pela falta de recursos humanos e dinheiro, ela iria municipalizar, primeiramente, apenas os CEMPIs, para somente depois, as EMEBs. Não foi assim. Se assim tivesse sido, não teria ocorrido o que ocorreu. Uma lástima. Ela disse, que isso também ocorreria com o transporte escolar e, depois, ela voltou atrás. Naturalmente, pela repercussão. Imaginem não ir à escola, porque não se tem condução e os pais não têm dinheiro para pagar. Relativo a questão de o município ter suspenso a merenda, não apoio. Foi errado. Mogi Mirim foi a única das treze cidades da DR, em que isto ocorreu, e a crise está em todos os lugares. A crise financeira, no Estado, não justifica, porque os alunos são de Mogi Mirim e, neste período inicial, os pais pagam os seus impostos, logo, diretos iguais. Cortar despesa, em época de crise econômica, fico até com medo, porque não é só na educação que o Estado contribui, baixíssimo. O ideal seria pensar em cortar gastos, com as dezenas de chefes nomeados, na prefeitura. Muitos deles, de caráter político. Estão batendo a cabeça, nas secretarias municipais. Vamos evitar despesas desnecessárias, absurdas e ilegais, que estão ocorrendo, na prefeitura, e até mesmo na Secretaria de Educação. Eu lembro que, nas contas de 2012, de Carlos Nelson Bueno, um dos crimes, que está sendo apurado, é esse: gastar mais do que poderia, no último ano de governo. Alegar, que os recursos que o Governo do Estado manda, não são suficientes para cobrir os gastos, com merenda, não é justificativa, porque, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

saúde, por exemplo, os recursos são insuficientes. A cada cem reais gastos, na saúde, Mogi Mirim coloca setenta reais; vinte e cinco reais são colocados pelo Governo Federal e apenas cinco reais, pelo Governo Estadual. Ou seja, então, pergunto: vai ser cortado? Porque a situação, na saúde, está péssima. Vai ser cortado? Para pressionar o Governo do Estado a pagar mais? É de arrepiar o cabelo. A minha preocupação é imensa, com o fato que ocorreu”, explanou. Como os próximos inscritos, Vereadores Cinoê Duzo e Manoel Eduardo P. C. Palomino, desistissem da palavra, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Primeiramente, tratar sobre a merenda. Não fiz questionamentos à Dirigente, ou à Secretária, mas fui bem representada pela colega de partido, Vereadora Maria Helena. Não livro o Estado, que tem suas responsabilidades. Sei que é obrigação do Estado fornecer o subsídio à merenda dos alunos. Isto não vem ao caso. A questão é que as escolas se encontram dentro de nosso município, os alunos são de Mogi Mirim, numa parceria entre estado e município, que existiu durante muito tempo. De repente, entra um prefeito e esquece, simplesmente. Mesmo vendo toda esta situação, que os nossos alunos enfrentaram, simplesmente, deixou cada um com a sua competência: o que é do Estado, fica na competência do Estado, pronto e acabou. Um pai não deve abandonar um filho e é desta maneira que eu vejo. Os alunos são do município. Vamos fechar os olhos, simplesmente, por que rompemos o contrato e não se pode ajudar? Uma única merendeira, que fosse, como disse Cinoê, e, mesmo assim, recusaram. Sabemos que a Dirigente de Ensino foi atrás e solicitou que o município ajudasse com uma merendeira e, mesmo assim, recusaram-se. Acho irresponsabilidade do município. Outro assunto, que me preocupou, são os exames laboratoriais. Quero me adiantar e pedir ao Presidente, já que não é possível fazer requerimento, se possível for, ouvir a Dra. Rosemary Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, na próxima sessão, em março. Porque é um assunto bastante pertinente, a denúncia de descarte de material biológico. Absurdo. Pessoas me procuraram, falando desta situação,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque não conseguiram ter seus exames realizados. Eu, como biomédica, conhecendo o funcionamento de um laboratório, achei um absurdo. À medida que se coleta o material de um paciente, você está se responsabilizando pelo material do paciente, de lhe trazer um resultado. Não é qualquer coisa. É um material, que foi retirado de um paciente. Só porque se excedeu a cota, não se deve descartar o material. Absurdo. Vi a entrevista da Presidente do Conselho, no jornal O Impacto. Quero pedir a presença da Presidente do Conselho, mesmo sem requerimento aprovado, para a próxima sessão, para a ouvir. E também a Coordenadora de Laboratórios, Alessandra Nieri. Importante tratar deste assunto, já na próxima semana”, discursou. O Presidente da Câmara comunicou à Vereadora Dayane Amaro Costa, que já existiam cinco convocações, por escrito, para a sessão do dia 07 de março vindouro, crendo difícil atender à solicitação da edil do PSDB, assim convidando a Presidente do Conselho, Rosemary Silva, para comparecer na sessão do dia 14 de março de 2016. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Reitero o convite à Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Insisto. Acho muito importante a presença da Presidente do Conselho, ao lado dos convocados, porque, na semana passada, a Vereadora Luzia e eu passamos uma manhã toda, no laboratório do CEM, e o que ouvimos foi estarrecedor. Eu li a matéria, no jornal. A situação de desmantelamento e enfraquecimento, a transferência de funcionárias graduadas e preparadas, especialistas, em determinados exames, que são encaminhadas a outros setores da saúde. Os funcionários do laboratório são todos preparados e todos passam por momentos de depressão. É estarrecedor o que ouvimos. Por isso, reitero, que a Presidente do Conselho Municipal de Saúde esteja aqui, porque ela estava lá, conosco, com os funcionários, no CEM. Se o Dr. Emílio, novo Secretário de Saúde, virá e, se o assunto do laboratório está em pauta, é muito importante que a Dra. Rose esteja aqui, também. São questões indefinidas, para que fiquem definidas. É assunto emergencial. Muito sério o que está acontecendo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Voltando ao assunto da merenda, nós estivemos, no primeiro dia da municipalização dos CEMPIs. Passamos no CEMPI Santa Cruz e, no cardápio virtual de crianças de berço e colo, constavam cinco refeições. E ouvimos que estavam sendo dadas três refeições. As funcionárias mostraram para nós, que as crianças necessitavam de mais dois reforços nutricionais, que não estavam sendo dados. Presenciamos o caminhão baú estacionado, na frente da CEMPI, para entregar dois pacotes de arroz, de cinco quilos cada. Então, quando a Secretária Municipal vem aqui e fala de falta de planejamento da Dirigente Regional Elin, falta também o planejamento, na Secretaria de Educação. Ao apontar o dedo para o outro, precisamos olhar como nos comportamos. A secretária foi legisladora e sabe que a lei orçamentária é a partir de 15 de janeiro. Poderia ter sido companheira da Dirigente de Ensino sim! Ela se dirigiu até a mãe do nosso prefeito, para ver se ela tinha uma solução!”, explicou. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Quero registrar, que não entendi muito bem a resposta dada à minha pergunta, pela Dirigente Regional de Ensino, Elin Vasconcelos. Pretendo fazer um requerimento formal e, assim que ela nos responder, traremos a resposta ao público. Sinceramente, não entendi. E continuo com a ideia de que, se agora não vamos gastar nada e a merenda é boa, por que gastávamos antes? Ao obter a resposta, passo a informação aqui. Quero informar também, que, na manhã de hoje, estivemos no Parque das Laranjeiras, com o pessoal técnico da CETESB, fazendo vistoria, em alguns trechos, nos quais eles têm dúvidas, quanto ao processo de regularização. Está caminhando muito bem. O pessoal da CETESB ficou parado um tempo, mesmo porque o Programa Cidade Legal, em 2015, não realizou qualquer reunião. O processo ficou estacionado, dentro do Cidade Legal, que é um departamento da Secretaria Estadual de Habitação. Em 2015, não tiveram qualquer reunião. Ficou, realmente, parado. Com a retomada das atividades, eles estão com uma boa vontade tremenda, em resolver o problema. Os pontos que fomos vistoriar, foram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

algumas nascentes de córregos que, na carta do IGC, de 1979, constam, mas na carta de 2003, não constam. Esta é uma das grandes discussões, entre município e CETESB. O município não quer que se use a carta de 1979, que mostrava algumas nascentes, onde, hoje, estão fixadas residências. Então, estivemos lá e o assunto está caminhando muito bem. Em breve, espero boas notícias e virei à tribuna, para os informar”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Antes de falar da merenda, quero falar sobre o Parque das Laranjeiras também. Algo que está me revoltando e não só a mim, mas aos moradores também. A prefeitura está, realmente, fazendo melhorias em dez ruas. Até hoje, em cinco. Até o final do ano, deverá fazer em mais cinco ruas. Mas é a falta de ‘olhar’, para com as ruas de terra do bairro. Ruas 32, 26, 31. São várias. E estão intransitáveis. Não há como o morador sair e nem entrar com o carro, na garagem. Temos corrido atrás dos secretários, liguei para a pessoa responsável pelas máquinas. Ele disse, que é uma única máquina e que, está fazendo serviços nas estradas, por onde passa o transporte escolar. Mas eu tenho trazido o morador à prefeitura. Nós, juntos, protocolamos, para que a prefeitura vá lá, com uma máquina. Então, a Rua 16 está ficando boa, moradores todos contentes com a melhoria. Não sei se estão contentes com o governo, mas com a melhoria, estão. Mas a prefeitura tem que melhorar as ruas de terra. Não adianta justificar uma única máquina e não correr atrás. Mostrei vídeo e fiz pedido aqui, na Câmara, para manutenção das ruas do loteamento Domênico Bianchi. Estivemos lá. Os moradores me ligaram. Queremos, realmente, que a prefeitura passe a máquina no Laranjeiras, no Domênico Bianchi, no Bela Vista e todos os loteamentos irregulares. Eu queria falar também, sobre a merenda escolar, pois acabei de ver uma postagem do Jonas Filho, no Facebook, dizendo que alguns vereadores até ‘sorriram’ quando a Dirigente Elin disse que o problema já estava solucionado. Que nós iríamos ‘bater’ na dirigente. Nesta história da merenda escolar, os que perderam, realmente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

foram os estudantes. Ninguém ganhou com isso. Todos perderam: prefeitura, Governo do Estado, alunos, vereadores, professores. Não estamos aqui, para discutir quem ganhou. Lamento a situação. Penso, que faltou diálogo, realmente. Estou vereador há três mandatos e nunca a situação chegar neste ponto. Uma parceria tão grande! Quarenta e cinco dias, para continuar, até o Governo do Estado assumir a merenda estadual. Achei falta de diálogo. Alguém ganhou, pensando bem. Alguém colocou uma ‘cortina de fumaça’, usando a merenda escolar. Cobre muitas coisas erradas, que estão acontecendo, que estão nos jornais. Então, a merenda se torna um assunto e as outras coisas não. Ficar esperto. Pedi, hoje, a limpeza das margens na Estrada Élzio Mariotoni e na Estrada do Boa; limpeza de uma caixa d’água, na Rua Francisco Chagas, no Parque do Estado II. Muito mato ao redor. Pedi a limpeza”, salientou. Discursou após, o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Completando as palavras sobre as UBSs, onde ocorre o grave problema dos produtos laboratoriais, principalmente, exames de sangue. É um absurdo, que se esteja perdendo produtos e mão de obra, deixando de atender munícipes, por problemas internos da prefeitura. Infelizmente, está ocorrendo, em todas as UBS da cidade. Importante é que alguém nos possa dar uma satisfação. Por que tantos problemas deste tipo? O que está ocorrendo? Esperamos respostas para este tipo de problema inaceitável. Pior! Pasmem! Houve uma pessoa, que foi até a Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, para fazer um B.O., do que estava ocorrendo nas UBSs. A Dra. Raquel Cassalli se negou a fazer o B.O., pasmem. Porque a prefeitura tem lá, na DDM, inúmeros funcionários que trabalham da DDM. A delegada não permitiu o B.O. Pois como ‘ficaria’ perante o prefeito e os funcionários? E o cidadão, que paga impostos, como fica? Pouca vergonha, não podemos aceitar! Sobre a merenda, para concluir meu raciocínio. Quero parabenizar os alunos, que se manifestaram de forma ordeira, sem bagunça, numa demonstração de cidadania. Óbvio, que faltou negociação e parceria e acredito, principalmente, que faltou parceria do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

município, para com o Governo do Estado, que é o nosso principal parceiro. Vamos brigar com o Governo Estadual? No meu entender, grave erro de estratégia. Como a Secretária Márcia Róttoli mesmo disse, foi planejado há muito tempo. Ora! Algo deu errado, então! Evidentemente, houve falha, no planejamento. Falar sobre o Requerimento nº 46/2016, que dirigi à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para a verificação fitossanitária das árvores, localizadas na Praça São José. Ano passado, galhos já caíram e quase provocaram acidentes. É de suma importância a verificação. Verificar e tomar providências. As árvores necessitam de poda. Fizemos solicitação, em setembro; reiteramos, em novembro, e, até hoje, nada foi feito. Também uma nossa indicação, para a Praça Catarino Marangoni, onde as árvores Flamboyants estão envolvendo os fios de alta tensão. Indicamos, para que se resolva o problema, antes de um acidente”, explanou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Quaglio. “Claro, que o assunto é a famigerada merenda escolar. As coisas não acontecem por acaso. Acontecem, porque alguém falhou, ou não cumpriu seu papel, ou sua responsabilidade. É questão de lógica. Mas eu não vou tecer crítica, nem para este, nem para aquele. O problema maior é: por que deixaram acontecer isso? Pergunta simples. Se pararmos para pensar, o município tem o convênio com o Estado há muito tempo. Muito bem. Daí o município decide, que não vai mais renovar o convênio. Acho que é um direito do prefeito. Pelo que ouvi, durante a exposição da Dirigente Elin e da Secretária Márcia Róttoli, este momento já estava caracterizado desde o final de 2014. Ora, a partir do momento, em que foi publicado, em outubro, que o convênio não seria renovado, temos que saber, então, quanto tempo a Dirigente de Ensino teve para se manifestar, a partir deste aviso. Se até agora, foi feito o convênio, por que se rompeu, no último ano de mandato? Um milhão de reais é pouco, em termos de economia? Ok. Vamos economizar. Vamos analisar mais. Já disse e repito, que Mogi Mirim carece de órgãos dos Governos Estadual E Federal. Só nos restou a Delegacia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Regional de Ensino. Sobrou para nós, a DE e só. Tem algo mais? Tem Centro de Ressocialização e Fundação CASA. Vamos arrumar encrenca com a DE? Com tantos outros lugares para cortar gastos? Volto a insistir. Tantas tentativas de aluguéis caríssimos. Ainda bem, que o MP breçou. Não entendo. Não vou entrar no mérito. Mas negar duas merendeiras, para o período? Não consigo entender. A Secretária Márcia, dizer que não tem merendeira? Quem trabalhava nas cozinhas estaduais antes? Quem fazia a merenda? Era a merendeira. São coisas mal explicadas, a velha história. Simplesmente, faltou vontade política. Agora, também está certo, que o Governo do Estado ajudou muito pouco o município, nesses três anos. Por quê? Porque muito pouco se apresentou de certo, de correto, para que o Estado acreditasse e investisse aqui”, disse. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. “Apresentei indicação a respeito de buracos nas ruas, um problema sério, haja vista a chuva e a falta de providências, por parte do prefeito. Indiquei a Rua Lourenço Franco, na Santa Clara; a Avenida Luiz Gonzaga Amoêdo Campos, na Vila Bianchi, Rua Antônio Galvão Cotrin, no centro, e Avenida J. K. de Oliveira, no Inocoop. Espero, que o prefeito, em cima das indicações, faça a operação tapa buracos, pois os munícipes estão clamando, para que o prefeito tape os buracos. Iluminação pública. Na Rua Santa Cruz, existem quatro postes, com lâmpadas queimadas, em sequência. Realmente, um problema, que Mogi Mirim não consegue resolver! Este é apenas um exemplo, mas são vários os problemas. Também, sobre a merenda, o aluno é o mais prejudicado. Ele não pode ficar sem a merenda escolar. Se havia parceria, por que não resolveu o problema, antes de acontecer? Não. Deixaram os alunos sem merenda. Uma lástima”, pronunciou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Hoje, fiz dois requerimentos. Um deles, convocando aqui, o novo Secretário de Saúde, Emílio Wacked. Acho pertinente que venha alguém do laboratório também. Não acho pertinente a vinda da Presidente do Conselho. Desculpe-me, Rosemary. Mas vamos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tratar de um assunto, debater uma situação e, de repente, com o Conselho Municipal questionando algumas irregularidades, que o conselho apontou, irregularidades estas, as quais penso pertinentes, diga-se de passagem, pois o conselho está mesmo para apontar os pontos falhos, para acertos. Mas a reunião é com o Secretário de Saúde, pessoa que ainda não conheço. Não sei de onde veio, mas tenho muitos questionamentos. Sou da área da saúde e convivo com muitos pacientes, com dificuldades. Por isso, muitas vezes, as informações nos chegam mais rápidas. Temos sim, um laboratório. É uma das questões a ser abordada. Desde o Governo Carlos Nelson Bueno, eu questiono por que não equipar o nosso laboratório e facilitar a situação dos exames, no município? Tive informações seguras, de que, a partir do momento em que o município se propuser a equipar o laboratório, o equipamento, que faz os exames, virá, gratuitamente. Os aparelhos, nos quais se fazem os testes. O município compraria os kits, que não custam muito caro. Nós economizaríamos dinheiro. Desburocrataríamos uma situação. Daríamos maior rapidez e conforto aos munícipes. Não entendo o motivo, por que Carlos Nelson Bueno e Gustavo Stupp não adotaram este sistema? Sei que Dr. Ary, enquanto secretário, tentou agilizar, mas foi interrompido, em seu trabalho. Fica aí o argumento. O paciente deixaria a consulta, com seu pedido de exame, não precisaria andar para a regulação; passar por outra mão, de repente perde o papel, troca o exame e não se resolve. O próprio paciente poderia ir, pela manhã, colher seu material e, em cinco dias, ou uma semana, ter o resultado. No retorno, com o médico, já estaria com o seu exame, em mãos. Pela rede, pode demorar até um mês. Minha sugestão. Eu agiria desta forma. Seria prático, correto e econômico. Outro pedido, que fiz, foi sobre a questão do SAAE. Temos sim, o tratamento de esgotos da cidade, efetuado pelo ex-prefeito Carlos Nelson Bueno. Foi um avanço, para uma cidade, como Mogi Mirim, que não tinha nada de seu esgoto tratado. Eu questiono algumas coisas. Não sabemos direito, mas são os bairros, que não têm esgoto tratado. Acredito, os localizados



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

na parte alta do Mirante, Linda Chaib, Brasília. Não têm tratamento. No nosso rio, quem passa, sente o cheiro terrível de esgoto. Significa, que o esgoto está sendo lançado ‘in natura’, no rio, pois, caso contrário, não teria este cheiro. Quero questionar. Embora poucos saibam e poucos se atentem, hoje, o tratamento de esgotos já foi privatizado. A empresa, que presta serviços, tem que fazer de forma correta e nós temos o direito de saber, de que forma está sendo feita e por que o cheiro de esgoto, no Rio do Mirante. O que está acontecendo com o tratamento de esgoto na cidade? Fica o questionamento. Percebemos, que em muitos lugares, está sendo lançado ‘in natura’ e, se noventa por cento da cidade estão tratados, algo não confere, ou não é verdadeiro”, declarou. A seguir, discursou o Vereador Waldemar Marcurio. “Falar da convocação, que fiz para que o Secretário Valdir Biazotto, para que venha nos dar explicações, em relação às máquinas e sobre a sua secretaria, bem como, sobre estradas rurais. Temos vários vereadores envolvidos no assunto, tanto da área urbana, quanto zona rural. Existem crateras, que impedem o ir e vir. Espero, que os edis comecem a planilhar suas indagações para o Secretário de Agricultura, que é a pessoa que detém a Patrol, a máquina mais requerida no município. Vamos tecer alguns comentários sobre a merenda. Eu fiz uma pergunta à Secretária Márcia Róttoli, relativa ao convênio, com o transporte. Neste tumulto sobre merenda, saiu um comentário sobre o rompimento do transporte do pessoal da zona rural. A Secretária esclareceu, que isso não vai ocorrer. Que não há possibilidade. Foi muito boa a vinda da Secretária Márcia e da Dirigente Elin, aqui. Nesta semana, pelo menos, grande parte do Legislativo atentou à questão, relativa à merenda escolar. Vejam bem. Em 2014, já houve um sinal, entre o município e a Secretaria Estadual, de que poderia haver o rompimento. Em outubro de 2015 houve, de fato, o rompimento. Portanto, não adianta crucificar apenas o município. O Estado também tem culpa, lógico. E fica a pergunta, que o Vereador Leonardo fez à Dirigente Elin. Ou ela não respondeu direito, ou ele não entendeu a resposta, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eu também quero saber! Se ao custo de noventa centavos, vai ser fornecida uma merenda de boa qualidade, por que não fizeram isso antes, lá atrás? Todos observam, que o país está em recessão. Então, se o Executivo pediu às secretarias, que diminuíssem gastos, não acho errado. Acho errado o Estado assumir o compromisso e não o cumprir. As merendeiras, que atendiam o município, eram terceirizadas, de uma empresa. Houve o rompimento do contrato, para a municipalização da merenda. Então, não posso afirmar se a secretaria tem, ou não, merendeiras, para emprestar. Quem sabe talvez, se não houvesse grandes desvios de recursos de merenda, por parte do próprio Governo do Estado, desvios estes, que envolvem a Casa Civil do Governo, Duarte Nogueira, PSDB, e também Luiz Roberto dos Santos. Também, Baleia Rossi, PMDB, e Nelson Marquizzelli, do PTB, suspeito de atuar em cima dos contratos. Há Luís Carlos Gondim, do Solidariedade. Este pessoal pedia trinta por cento de propina. Estamos com dezenove cidades sob investigação. Campinas está sob investigação. Graças a Deus, Mogi Mirim não está. Será que tais fatos também não tumultuam as licitações? A verdade é uma só: não devemos ‘dar bola’ para Pedro, ou para João, mas soluções. A Dirigente avisou, que já tem solução, em mãos. Só não acho justo o vereador vir à tribuna e gritar, que a culpa é de tal pessoa, que até pode ter sua percentagem sim, mas este assunto já vinha sendo tratado, desde lá atrás. Não posso isentar o maior responsável, que é o Governo do Estado, que tinha que tomar as suas providências”, aclarou. O último inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistiu do uso da palavra. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, comunicou à Casa, diante da renúncia do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, como membro da CESAS, que aguardaria a manifestação dos interessados, em assumir a vaga, até a quarta-feira próxima, depois disso, que usaria a prerrogativa da nomeação. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h54, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. **PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº 135**, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre renovação de convênio, celebrado com o Serviço Social da Indústria - SESI/SP, para o fim que especifica”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. (rejeitado o parecer desfavorável, o projeto de lei será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, para opinar, “ex-vi” do contido no § 4º, do artigo 55, do Regimento Interno). Inicialmente, para discutir o parecer, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Os Vereadores Cinoê Duzo, Jorge Setoguchi, Luiz Guarnieri, Dayane Amaro e eu fizemos várias visitas à várias escolas, para ouvir o que os professores falam sobre os livros SESI. Chegamos numa determinada escola, sem avisar. Andamos pelo corredor, com a diretora. A professora, dentro da classe, com os livros do MEC. Todos viram. Ninguém estava nos esperando, portanto, avaliamos que, realmente, os livros do SESI não estão preparados para nossos alunos. Há o esforço enorme do professor, mas o aluno chega, em casa, e precisa de auxílio, e os pais não têm disposição, ou preparo para ajuda-los, ou não possuem a Internet, instrumento necessário para a pesquisa. Minha posição é acompanhar o parecer desfavorável da CESAS. Hoje, as escolas fizeram o cadastramento, no MEC, estão com os livros MEC e, na minha avaliação e por presenciar pais de alunos, que disseram da dificuldade de manusear tal material didático, vou acompanhar o parecer”, destacou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho discutir, enquanto presidente da CESAS. Este projeto foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

muito estudado. Fomos ouvir as partes envolvidas, como disse a Vereadora Maria Helena. Foi possível presenciar a situação de desaprovação dos professores, a principal parte envolvida, no processo. Eles não foram consultados. Ocorre, que, como chegamos em muitas escolas, de surpresa, percebemos que os professores usam os livros MEC, porque não se adaptaram à nova apostila SESI. Sem contar, que o método da apostila SESI necessita de muita pesquisa adicional. Nas escolas, que fomos, elas sequer têm notebooks disponíveis, para uso dos professores. Não existe Internet nas escolas. Como utilizar um material desses, na rede de ensino, sem suporte? Aprovamos aqui, sim, para um teste, para ver se os professores e alunos estavam aceitando. Foi isso o que a Comissão de Educação fez. Nem adentramos no mérito da questão orçamentária, que é do mérito da Comissão de Finanças. Atentamos a ouvir a parte envolvida, no sistema educacional, e podemos dizer, com clareza, que a maioria, professores e alunos, desaprovaram a apostila SESI. Exaramos o parecer com muita prudência. Eu peço Votação Nominal para o Parecer Desfavorável, (“ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI), encerrou. (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por onze (11) votos favoráveis a seis (06) votos contrários, o pedido verbal de votação nominal, proposto pela Vereadora Dayane Amaro Costa). Ainda em discussão, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Estava conversando com o vereador. Na mesma linha, que defendeu a merenda, o Estado tem sua responsabilidade, o município também a tem. Eu acredito, que é uma associação. Com a crise tamanha, que está o nosso país. O município já está contemplado com as apostilas do MEC, portanto, por que aprovarmos este custo, que chega a mais de um milhão de reais? Vamos investir este dinheiro na própria educação, seja com os professores, seja com equipamentos. Reverter e de maneira inteligente, para a própria educação. Não vejo o porquê deste material do SESI. O material do MEC é de altíssima qualidade. Sem medo de errar, nove, entre dez professores, não aprovaram a apostila do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SESI. Se eles, que a utilizam, não aprovam e não têm recursos necessários, para, tecnologicamente falando, cumprir com o projeto, não há porque aprovar. Declaro meu voto, acatando o parecer desfavorável, para que possamos usar esse dinheiro de maneira racional”, completou. Também discutiu a matéria o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Dizer que é momento oportuno, já que se fala, em economia. Se é para economizar, chegou a hora. Adianto o meu voto. Um milhão de reais significa muito para a educação. Votarei com o parecer desfavorável”, declarou. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Jorge Setoguchi. “Registro, aquilo que pais de alunos me relataram, sobre a dificuldade que os alunos têm, em acompanhar a apostila SESI, pois os filhos têm que fazer pesquisa, em casa. Como? Sem Internet, sem equipamento, sem computadores adequados. E até mesmo os pais, se não estão em casa, quem pode auxiliar os alunos? Quero dizer, que o custo, no ano de 2015, foi de um milhão, cento e trinta e nove mil reais. Já que estamos falando de economia, por que não economizar agora, haja vista que temos o material do MEC, que é de boa qualidade? E o projeto de ensino se adapta bem às nossas condições. Fora a ressalva, de economia, de um milhão, cento e trinta e nove mil reais, gastos com apostilas. E aqui, o impasse, em torno da merenda escolar! Sugiro que acompanhemos o parecer desfavorável da CESAS”, afirmou. Também comentou o parecer, o Vereador Luís Roberto Tavares. “Antecipo o meu voto, acompanhando o parecer da CESAS. Estudamos muito, para exarar este parecer. É difícil dar o parecer, porque existe a parte técnica. Achar a justificativa, para o parecer desfavorável. É legal, mas imoral gastar o dinheiro público, sendo que o Governo Federal dá os livros didáticos, gratuitamente. Nossa justificativa está no parecer. Peço, que os vereadores, que pensam, em votar contra, meditem suas posições. Os alunos de Mogi Mirim não estão preparados, para acessar este material. Os professores não falarão, publicamente, mas não estão utilizando o material do SESI. Utilizam sim, o material do MEC. Alguns alunos nem Internet têm! Meu voto é com o parecer desfavorável da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CESAS”, sublinhou. O próximo orador foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Só para reforçar as palavras do Vereador Cinoê. Penso da mesma forma. Se o serviço é de qualidade e não custa nada, para nós, por que vamos pagar por isso? É a mesma meditação, que fizemos sobre a merenda”, disse. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Estou com o parecer. Quando foi para firmar o convenio, nós fomos assediados pelos comissionados, que ocupam cargo de chefia, na Educação, para provar a importância dos nossos votos naquele momento. Momento em que não haviam renovado o convênio com o Ministério – MEC e, se não houvesse convênio, com o SESI, não haveria com o que se trabalhar, ano passado. Interessante, que a Secretária Márcia Róttoli chegou a falar, no jornal, que ela tinha sido obrigada a ir no MEC, pelo fato de os vereadores não terem votado a questão da continuidade da renovação do convênio com o SESI. Mas, até o momento, ninguém veio nos procurar! Logo, tenho certeza, já que em todas as secretarias a ordem é cortar custos, que a Educação já foi atrás do MEC, neste ano, e ficarão satisfeitos se desaprovarmos o projeto”, destacou. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário, que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao parecer, ou contrariamente (NÃO) ao parecer. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os vereadores Ary Augusto Reis de Macedo, Benedito José do Couto, Cinoê Duzo, Daniel Gasparini dos Santos, Dayane Amaro Costa, Jorge Setoguchi, Laércio Rocha Pires, Leonardo David Zaniboni, Luís Roberto Tavares, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Marcos Bento Alves de Godoy, Maria Helena Scudeler de Barros, Osvaldo Aparecido Quaglio e Waldemar Marcurio Filho votaram SIM; nenhum vereador votou NÃO; (submetido a votos, Votação Nominal,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Parecer Desfavorável CESAS ao Projeto de Lei nº 135/2015, do Prefeito Municipal); archive-se); **“ex-vi” do disposto no § 2º, inciso III, do Artigo 171 do Regimento Interno: 2. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 123, de 2015**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. (para rejeição do veto é necessário o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, em conformidade com o disposto no artigo 192 ,§ 3º do R.I). Para discutir, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Somos autores das emendas, que foram vetadas, o Vereador Luís Roberto e eu. Achei absurdo este veto e quero pedir o apoio de todos, para derrubá-lo. Porque as emendas que fizemos foram simples, foram, realmente, no sentido de melhorar o projeto e de efetivar a participação social. Na primeira delas, pedimos que o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ao debater assunto relacionado à mulher com deficiência, que encaminhasse sempre o assunto ao Conselho da Condição Feminina. Mas o prefeito acha que não é necessário, porque o Conselho da Condição Feminina está inativo. Isto já denunciei ao Ministério Público, que o conselho está inativo, por dez anos. O prefeito erra, se o conselho está inativo. Inclusive, hoje, levei mais documentos, que foram solicitados pelo promotor, para dar andamento, para que o conselho seja regularizado. Portanto, creio importante sim, que haja a ligação entre os conselhos. A mulher com deficiência fica mais exposta à violência, segundo estudos já feitos. É necessário, então, esta conversa. Na segunda emenda, pedimos um membro da Secretaria de Sustentabilidade Ambiental. Dispensável falar de meio ambiente, quando o assunto é a pessoa com deficiência? Como vamos tratar de acessibilidade, se não há um representante da Secretaria de Meio Ambiente? Depois, a Secretaria de Cultura e Turismo. É outra, que tem que estar envolvida sim. Sabemos o tanto de espetáculos, que acontecem, no município, e as pessoas não têm noção de como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a pessoa com deficiência possa interagir com o espetáculo, da interpretação de Libras, para deficientes auditivos, ou do espaço, que deva ser reservado para o cadeirante, e até na questão do turismo mais acessível. Um representante da Secretaria de Captação, Gestão e Controle. Nada mais justo do que esta secretaria estar atenta aos programas existentes à pessoa com deficiência, para trazê-los à cidade. Assim, também, a Secretaria de Finanças, que detém o orçamento do município, nas mãos. Secretaria de Segurança Pública, para a segurança da pessoa com deficiência. Precisamos deste representante sim. Secretaria de Tecnologia de Informação também, com um membro. Hoje, fala-se muito sobre recursos, para a deficiência, e isto envolve muita tecnologia e é necessário um representante desta secretaria. Também pedimos membros da ACIMM, porque sabemos que o comércio do município não é acessível, a maioria não tem rampas de acesso, nem um mínimo de acessibilidade, nem um balcão baixo. Portanto, é necessário envolver os comerciantes, certamente. Emendamos um membro da concessionária prestadora do transporte coletivo e penso que nem preciso debater a importância da presença deste membro. Instituições particulares de ensino, para o processo de inclusão e acessibilidade. Taxistas autônomos. Toda a pessoa com deficiência sabe da dificuldade que é pegar um taxi, o medo da rejeição, de não ter espaço para a cadeira. Precisamos que os taxistas estejam inteirados. Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Na terceira emenda, que o prefeito vetou, pedimos que o regimento interno fosse aprovado por maioria simples e que, depois, fosse publicado, após cento e vinte dias, na imprensa oficial do município. Eles alegam que é desnecessário, porque já ocorre. Mas um dia pode ser que não mais ocorra e isto, deve ficar fixado em lei, haja vista a mudança de gestão. Uma vez em lei, determina-se a publicação. Tudo simples. Peço apoio dos vereadores para a derrubada do veto”, discursou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “A Vereadora elencou todas as emendas, pelas quais trabalhamos e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apresentamos. Adveio o veto. O veto tem o parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação – CJR. Eu gostaria de ouvir alguém da CRJ, a respeito do parecer”, solicitou; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por nove (09) votos favoráveis a oito (08) votos contrários, Turno Único, o Veto Parcial do Prefeito ao Projeto de Lei nº 123/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (o presidente votou, conforme dispõe o artigo 20, IV, do R.I.); (oficie-se o Prefeito, do decidido pela Casa); **3. Projeto de Lei nº 155, de 2015**, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos do Autista da Mogiana – Fonte Viva, para o fim que especifica e dando outras providências”. Parecer das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social; Parecer e emenda da Comissão de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, sem votos contrários, Turno Único, o Projeto de Lei nº 155/2015, do Prefeito de Mogi Mirim, e emenda); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno: 4. Projeto de Resolução nº 08 de 2015**, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “dispondo sobre a modificação do artigo 111, § 6º da Resolução nº 276, de 2010, vigente Regimento Interno, que trata das inscrições dos oradores no Expediente”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Inicialmente, fez uso da palavra o autor, Vereador Leonardo David Zaniboni. “A respeito deste projeto, na verdade, a proposta é a de dar chances iguais a todos, de se inscreverem para uso da tribuna. Vemos, que o que acontece, no dia a dia das sessões, não é bem assim. Às vezes, chegamos aqui, na correria, e não temos tempo de assinar e há sim, uma certa vantagem, para quem assina em último lugar. Queremos organizar e democratizar a fala, no uso da tribuna. Espero contar com a compreensão e o voto dos pares”, explicou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Vou votar contra a proposta do companheiro. Nós chegamos aqui, bem cedo. Quem chega cedo, escreve por último. Vai



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

complicar a vida de quem tem intenção de falar, por último. Peço o voto contrário para este projeto. A Vereadora Maria Helena e eu seremos os mais prejudicados, nós, que chegamos cedo aqui”, pronunciou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Entendo a proposta do Vereador Leonardo, que está em seu direito de propor, mas não vejo problemas de ficar como está. Não vejo algo relevante, ou que vá mudar a trajetória do município. Do modo como está, não vejo problema algum. Fica como está, já que não há problema algum”, colocou. O próximo a discutir a matéria foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Eu sou cem por cento favorável ao projeto, Vereador Leonardo. Antes, a inscrição era feita, por ordem alfabética. Tanto fazia, o horário da chegada. Os vereadores, com mais tempo de mandato, se lembram disso. Apenas, que era muito ruim. Porque quem tinha seu nome, começando com a letra ‘a’, este falava primeiro sempre. A Vereadora Maria Helena, durante a revisão do Regimento Interno, propôs a alteração, justamente, por isso. Pessoas desejavam usar a palavra, em primeira mão. No sistema antigo, por exemplo, o Vereador Waldemar seria sempre o último a usar a tribuna. Nunca poderia dar uma notícia, em primeira mão, pela regra antiga. Da mesma forma, o Vereador Ary seria sempre o primeiro. Era muito ruim. Sempre a mesma posição, para falar. Mas, com o projeto do Vereador Leonardo, não. Projeto do Vereador Leonardo é muito bom, porque propõe o rodízio. Será bom também, para evitar casos como o já ocorrido aqui, de alguém, que pegou a lista de chamada, de dentro da gaveta do secretário, sem autorização, e a assinou. Várias pessoas assinaram. À época, o secretário se dispôs com isso e com razão. Acaba nos colocando em maus lençóis, este tipo de atitude. Do jeito como está sendo feito, hoje, acredito na lisura, mas, às vezes, pode-se levantar a dúvida: e se eu passar aqui, às 14 horas, e assinar a lista de presença? E se ele permitir? Claro, que ele não o faz. Já o rodízio seria muito interessante. Coerente. Ninguém seria prejudicado. Todos os vereadores teriam a mesma condição de falar. Hoje, é muito comum aqui, ou se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

inscrever em primeiro, ou em último lugar. Com esta nova alteração, no RI, para uso da palavra, como Líder, o orador fala o que quer e o ofendido é obrigado a ouvir e não tem direito de resposta. Acontece direto, aqui. Vereador Leonardo, parabéns pela iniciativa. Muito bem pensado. Sou favorável. Aí sim, presidente. Haverá coerência. Cada um vai respeitar mais o outro”, ponderou. O próximo a discursar foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Eu gostaria, que voltasse para a ordem alfabética. Seria bom. Houve sim, a retirada da lista de dentro da minha gaveta. O fato foi encerrado, mas não aprovei, como 1º secretário. A Vereadora Maria Helena, várias vezes, aponta para mim, a hora da chegada. Eu anuncio a assinatura, de acordo com a hora de chegada. A princípio, iria votar contra, mas vou votar favorável. Mudei de ideia. É sim, de suma importância. A partir do momento, que conseguirmos nos organizar, será mais fácil trabalhar”, declarou. Também fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “O Vereador Osvaldo explanou muito bem. Antigamente, não se tinha este problema, pois a inscrição era feita por ordem alfabética. Mas só a questão de que a Vereadora Maria Helena queria passar a novidade e propôs a mudança. Já disse ao Vereador Leonardo, que sou favorável. Ideia ótima. Parabéns”, discursou; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, Turno Único, o Projeto de Resolução nº 08/2015, do Vereador Leonardo David Zaniboni); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do RI); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 5. Projeto de Lei nº 16, de 2016**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre revogação da Lei Municipal nº 5.674, de 21 de maio de 2015, que dispõe sobre a desafetação de área de terreno de propriedade do Município, localizada nos Loteamentos Jequitibás e Paineiras”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Primeiro (1º)



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Turno, o Projeto de Lei nº 16/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em segundo turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICAÇÃO PESSOAL”**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora a falar em “Explicação Pessoal” foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Não quero ser repetitiva. Os colegas estiveram comigo, no Centro de Especialidades Médicas - CEM, visitando laboratórios. Gostaria de ler as colocações que Dr. Emílio, que foi médico na UBS, por muitos anos, e, agora, é o novo Secretário de Saúde, fez, as quais achei demais infelizes. Ele ‘vê com bons olhos a possibilidade de terceirizar os serviços, desde que gerem economia para os cofres públicos e atendam os princípios de otimização, que são qualidade e rapidez, na prestação do serviço (...) o serviço tem dezesseis funcionários, mas daria para se tocar o laboratório com seis (...) estou pagando, para funcionário fazer nada’. Eu gostaria de lembrar a ele, que a UBS não funciona, sem o laboratório de respeito. Não estou certa, Dr. Ary? O laboratório de Mogi Mirim foi referência na região. Funcionários foram especializados, em Campinas, e em outros centros, para fazerem o serviço ser de qualidade. O que vemos, atualmente, é o desmoronamento do serviço. Se, hoje, temos treze funcionários e apenas seis são os que trabalham, eu estive não uma, mas várias vezes, no decorrer desta administração, no local, e o que eu pude ver foi todo um maquinário, que nunca foi repostado; fornecedores, que não foram pagos, e licitações de insumos, que não foram planejadas, e é lógico, que se o funcionário não tem equipamento necessário, como vai fazer para trabalhar? Vai ficar de braços cruzados. Penso, que o secretário deveria remediar o que falou. Esses funcionários são de carreira e não mereciam esta colocação, vinda de sua parte. Advém a minha preocupação. Dizem, que a oposição está para o quanto pior, melhor, mas isto não é verdade! Nós queremos o melhor, mas não temos culpa, se as coisas que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vemos são como tais comentários infelizes”, declarou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Falar sobre o Projeto de Lei nº 16/2016, que foi aprovado, pela maioria dos vereadores. Eu fiz uma representação, no Ministério Público, contra esta lei nº 5.674. Dra. Paula me mostrou o processo todo. Certamente, o MP alertou ao Executivo, que revogasse a lei. Portanto, esta Câmara acerta, quando aceita a revogação. O Executivo não poderia usar onze mil metros, no Condomínio Jequitibás, e mais um alqueire, no Condomínio Paineiras, da forma como pretendia usar. A Câmara acertou na aprovação. O Vereador Cinoê votou contra. Há acompanhamento do MP, que, certamente, orientou a revogação desta lei”, frisou. Como os próximos inscritos, Vereadores Cinoê Duzo, Leonardo David Zaniboni, Osvaldo Aparecido Quaglio e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Hoje, dia de muita felicidade nossa. Completa noventa e sete anos de vida o Padre Harold Hamm. Uma vida inteira dedicada ao trabalho ao próximo, dependentes químicos, moradores de rua e jovens. Ano passado, ele recebeu o título de Cidadão Mogimiriano. Estou feliz, assim como estão os membros do TLC e do Amor Exigente, entidades fundadas por ele. Estava conversando com André, do Maria Beatriz. Ele estava me falando sobre os apartamentos do condômino, que foram feitos pelo Sindicato do Servidor Público. Condomínio Elias Moisés. À época da liberação da construção, houve um acordo e vou atrás desta documentação. Um acordo, para construção de uma creche, com capacidade entre noventa e cento e vinte vagas, para atendimento do Jardim Maria Beatriz e adjacências. A construção dos apartamentos só foi liberada, mediante a construção da creche. O André é grande batalhador e não só por aquela região, mas por outras. Passou esta informação e quem quiser ir atrás, comigo, é só falar, vamos levantar isso. Liberar a entrega dos apartamentos, somente com o início das obras da creche. Agradeço ao André a informação. Quando se fala em creche, lembro que foi aprovado, hoje, um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

requerimento que fiz, pedindo informações. Na verdade, precisamos nos aprofundar no assunto e trazer aqui, o Secretário de Obras, se os vereadores permitirem. Na verdade, existem muitas construções muitas ampliações de prédios públicos, todas ligadas à saúde e à educação: o PAI, que nunca é inaugurado, obra estacionada, precisa-se ver o que vai ser feito daquilo; a UBS da Vila Dias está com a obra parada há muito tempo; o Posto de Saúde do Vergel também. São muitas obras estacionadas, mas a principal obra parada, que está gerando problemas, na cidade, é a creche, ao lado do CAIC. Era para ser inaugurada, em setembro de 2013. Está parada, é só mato lá. Mogi Mirim tem um déficit feio de número de vagas, em creches. Precisamos chamar aqui, o Secretário de Obras e também o responsável pelo Financeiro, para perguntarmos o porquê e chegarmos a uma conclusão”, destacou. Como os próximos inscritos, Vereadores Luiz Antônio Guarnieri, Benedito José do Couto, Jorge Setoguchi, Marcos Bento Alves de Godoy e Waldemar Marcurio Filho, desistissem do uso da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Num primeiro momento, fiquei feliz, com esta Casa, diante da rejeição do convênio com o SESI, mas me deixou triste ver acatado o veto, sem fundamento algum. Agradeço os votos favoráveis, por tentarem colocar a emenda, em prática, no projeto. Estou estarecida e não sei disfarçar. Uma emenda de suma importância, que coloca, no conselho, a voz das secretarias. Coloca a voz da ACIMM, que amplia e enriquece o Conselho da Pessoa com Deficiência. Num conselho, quanto mais frentes da sociedade e mais representatividade, mais enriquecedor ele é. Temos que envolver mais áreas, na causa da pessoa com deficiência. É um erro não envolver todos os setores da sociedade, na causa. Por isso vemos todos os dias problemas, por falta de acessibilidade, por falta de compreensão do processo de inclusão. Enquanto muitos vereadores vieram aqui, para discutir, em que ordem cada vereador pretende falar, nenhum veio discutir o papel e a participação do Conselho da Pessoa com Deficiência. Só dois



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discutiram. E depois não querem que a população se revolte contra os políticos? Eu queria o mínimo de decência, para que viessem aqui e dissessem porque acataram o veto. Eu sei o motivo! Foi porque o prefeito mandou! Porque é de autoria da Vereadora Dayane Amaro. Não sou boba. É simples. No próprio documento, que ele mandou, não tinha justificativa completa do porquê do veto. Não estava embasado, juridicamente. Justificativas pífiás. Simplesmente, queríamos um conselho forte, colocar a voz da cultura, do meio ambiente, de todos os setores da sociedade, conversando sobre um assunto comum. Mas, simplesmente, acataram o veto do prefeito, porque ele mandou. Calados. Não é a mim, que vocês prejudicam, mas a sociedade e a população. Fica o meu desprezo e a minha angústia, com o que aconteceu”, sublinhou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quando votei contra o voto nominal, tinha um vereador ‘amarelo’, passando mal, pediu que fôssemos contra, porque ele estava passando mal. E, de repente, o cara fica tirando uma onda. Muito difícil. Mas, é assim. Quanto ao voto, o voto aqui, ele é da consciência de cada um. Não é por pressão de vereador, que dou meu voto. Voto consciente e, se for o caso, voto sozinho. Não é porque o vereador fica estrebuchando, cara feia, que eu vou votar no que ele quer. Quem é o pau mandado de prefeito? Quem está votando de cabresto aqui? Eu não fui procurado por prefeito e nem por ninguém. Meu voto é consciente. Achei que não era legal, votei contra. Ora essa! Não vou votar como quero, só por pressão de vereador? Eu não! Que absurdo. Hoje, município, Estado e país estão precisando de verbas. Então, não por pressão, mas porque não achei bom. Eu não trabalho sob pressão, ou porque está fazendo cara feia. Jamais. Votei contra o projeto do Vereador Leonardo. E daí? Achei que não era bom e votei contra. Será que eu pequei, ao fazer isso? Creio que não. Cada um tem a consciência de fazer a sua parte. Eu não fico fazendo média aqui, politicamente. Usam da tribuna, para fazer politicagem barata. Como disse, semana passada, tem vereador que só falta fazer strip-tease aqui, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aparecer. Eu não. Eu estou nas ruas, conversando com o povo, fazendo minha parte. Estou conquistando várias melhorias, para vários bairros. Não faço média aqui, meu trabalho está nos bairros. Ano político, debates políticos, pessoas querem aparecer aqui. O que aconteceu aqui, sobre merenda, a culpa é de quem? Vão jogar a culpa em quem? Quem é o culpado? O culpado está lá atrás, porque isto não deveria estar acontecendo, deixar crianças passando fome, por sacanagem política. A verdade é esta. Politicagem barata, o que vem acontecendo. Chama fulano, chama ciclano, querem confrontar, para arrumar um culpado. O que está acontecendo hoje, já fizeram bem pior, no passado. Hoje, posam de bacana aqui, como se nada tivesse acontecido, no passado, como se não tivessem feito nada. Tentam aparentar anjos salvaguardas, mas tiveram um passado sujo, lá atrás. Tenho vários recortes de jornais e provo tudo o que estou dizendo. Um exemplo, são as verbas para as entidades. Na época do Paulo Silva, fizeram igualzinho, ou pior. Mas estavam lá, naquele dia, no protesto, gritando. E o povo não sabe, que lá atrás, fizeram pior. A população tem que ficar esperta, com aqueles que posam de bacanas. Tem vereador que nunca trouxe uma moeda para Mogi Mirim, falo sempre. E se mostra como salvador da pátria. Salvador da pátria estamos vendo no que deu”, pronunciou. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, pediu orações pela saúde do ex-vereador Luiz Carlos Fernandes Cortez, em internação, na UTI da cidade, e, para encerrar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h15, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM